

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Da Sra Luizianne Lins e outras)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a violência sexual cometida contra meninas e mulheres – com o tema: “As Mulheres e a Violência Sexual”.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da audiência pública: “As Mulheres e a Violência Sexual”.

JUSTIFICATIVA

A situação da violência no país é algo alarmante e nos surpreende todos os dias com os dados, ocorrências e manchetes divulgadas nos meios de comunicação. O Atlas da Violência 2018, publicado pelo IPEA juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que o número de estupros cresce. O relatório traz dados de 2016, o qual contabiliza 22.918 registros no sistema de saúde e 49.497 registros policiais. O estudo indica que 50,9% dos casos foram cometidos contra vítimas de até 13 anos; mais 17% contra adolescentes de 14 a 17 anos; 32,1% contra maiores de 18 anos. Os agressores das crianças são, em 30% dos casos, familiares próximos como pai, irmãos e padrastos. Em 46,1% dos casos envolvendo vítimas adultas, os agressores eram pessoas conhecidas.

Em matéria recente, divulgada no dia 30 de setembro pelo uol.com.br¹, uma médica legista do IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo, fala do seu trabalho com perícias de sexologia forense. Em dez anos ela atendeu 4.000 pacientes, sendo a mais nova uma bebê de 7 dias e a mais velha, uma senhora de 80 anos. No mesmo dia em

¹ https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/30/sexologa-criminal-do-impl-ja-atendi-bebe-de-7-dias-a-senhora-de-80-anos.htm?fbclid=IwAR0I_e38KrSbORSL-LUNTmXF3guSy3XIE7K3LIb05wlQg9Ri6X1J5gSXbo

que a médica atendeu a senhora, atendeu uma criança de 6 meses, ambas vítimas de estupro. Segundo ela, “é um trabalho que me faz pôr em xeque a fé nas pessoas

porque está na minha mão, para eu examinar, o resultado do pior que um ser humano pode fazer”. Ela afirma que a porcentagem de pacientes do sexo feminino segue os números das pesquisas sobre estupro: cerca de 70% a 80% dos casos.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019², 1 menina de até 13 anos é estuprada a cada 15 minutos no país. De todos os estupros cometidos contra mulheres entre 2017 e 2018, cerca de 53,8% tiveram como vítimas meninas de até 13 anos. Como o abusador/estuprador em muitos casos são conhecidos e gozam da confiança da vítima, é comum a recorrência da violência.

O 13º Anuário registrou recorde da violência sexual. Foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil em 2018, maior índice desde que o estudo começou a ser feito em 2007. Conforme a estatística apurada em microdados das secretarias de Segurança Pública de todos os estados e do Distrito Federal, ocorrem em média 180 estupros por dia no Brasil, 4,1% acima do verificado em 2017 pelo anuário. De cada 10 estupros, 8 ocorrem contra meninas e mulheres e 2 contra meninos e homens. A maioria das mulheres violadas (50,9%) são negras.

De acordo com a pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Cristina Neme³, “o perfil do agressor é de uma pessoa muito próxima da vítima, muitas vezes seu familiar”, como pai, avô e padrasto conforme identificado em outras edições do anuário. Para a pesquisadora, a reincidência do perfil indica que “tem algo estrutural nesse fenômeno”. Ela avalia que a mudança de comportamento dependerá de campanhas de educação sexual e que o dano exige mais assistência e atendimento integral a vítimas e famílias. Essa também é a opinião da Dra. Mariana, médica legista citada, em sua experiência a escola é chave fundamental para o combate à violência sexual.

Portanto como é do nosso conhecimento, os crimes estão ocorrendo nas esferas familiares o que nos sugere que a casa não tem sido o espaço mais adequado para educar homens e mulheres em relação ao respeito ao próximo. Conversar sobre sexualidade com mães e pais ainda tem sido tabu na nossa cultura, há muitas casas onde não há abertura para o assunto. E como uma das diretrizes da Lei Maria da Penha é a prevenção, expresso inclusive no capítulo das medidas integradas para coibir a violência doméstica e familiar, são fundamentais a promoção e a realização de campanhas educativas voltadas ao público escolar e à sociedade em geral; a promoção

² <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos>

de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça.

Marília Pinto de Carvalho, professora da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo), explica que o debate sobre gênero ajuda no combate à discriminação das mulheres⁴. Dentro dessas conversas, mostra-se ainda que os meninos podem gostar de artes, de dança, e as meninas podem ser cientistas ou seguir qualquer outra profissão dita masculina. “É preciso incentivar a tolerância e o respeito. A construção democrática tem a ver com discussão de gênero”, resume ela, que é coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (EdGES).

Marília lembra que muitas questões acerca da sexualidade são colocadas pelas próprias crianças, e é nesse momento que o professor, a professora ajudam a turma a identificar uma possível violência sexual. “São vários os relatos de crianças pequenas que sofrem abuso sexual em casa e não sabem. Assim se previne gravidez precoce, abuso, violência e doenças sexualmente transmissíveis”.

A edição de 2018 do Atlas da Violência pela primeira vez, apresentou uma análise sobre a violência sexual contra meninas e mulheres. Ao comparar os dados registrados pelas polícias nos estados brasileiros e no Sistema Único de Saúde, o estudo alerta: “Certamente, as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido”. Ou seja, os dados, que já são alarmantes, não dão a verdadeira dimensão desta grave violência no Brasil. Com base em estudos internacionais, o Atlas considera que apenas de 10% a 15% dos casos são reportados – o que elevaria a estimativa para a faixa de 300 a 500 mil o número de estupros cometidos no Brasil a cada ano, um cálculo médio de 822 a 1.370 estupros a cada dia.

Dessa forma, sugerimos que essa Comissão realize uma mesa de discussão sobre a situação de violência sexual, cultura do estupro, conceito de gênero e políticas de enfrentamento. E para debater:

1. Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
2. Marília Pinto de Carvalho, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo;
3. Mariana da Silva Ferreira, médica legista do Instituto Médico Legal de São Paulo;

⁴ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/04/violencia-sexual-como-a-escola-pode-proteger-seu-filho.htm>

4. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
5. Representante do Ministério da Educação;
6. Representante da Sociedade Civil.

Sala de Comissões, de outubro de 2019.

Deputada Federal Luizianne Lins – (PT/CE)
Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra Mulher



CD/19321.43016-01